BANCARIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1603 | 20 A 25 DE JANEIRO DE 2020











85 99129 5101

#ACAIXAÉTODASUA

DEFESA DA CAIXA 100% PÚBLICA MARCA ANIVERSÁRIO DE 159 ANOS DO BANCO







No dia 13/1, o Sindicato participou de um Dia Nacional de Luta em defesa da Caixa, alusivo à comemoração do aniversário do banco. A diretoria reforçou o caráter social e a importância do banco para a sociedade (pág. 3)

ARTIGO

PORQUE DEVEMOS CONTINUAR LUTANDO POR NOSSA JORNADA (#SEXTOU) E NOSSA PLR

o início de dezembro do ano passado, o governo Bolsonaro golpeou novamente a classe trabalhadora com a Medida Provisória 905 (MP 905) e com isso, cumpriu o que prometeu: fazer uma reforma trabalhista ainda pior que a do golpista Temer. É disso que se trata a MP 905, chamada de Programa Verde e Amarelo.

A MP 905 atingiu em cheio a categoria bancária, pois prevê a abertura das agências aos sábados, retirando uma conquista histórica dos trabalhadores bancários, além de abolir a negociação pela PLR. Entretanto, dado o grau de mobilização e organização da nossa categoria, o Comando Nacional dos Bancários - reunindo sindicatos de todo o país - negociou diretamente com a Fenaban, numa negociação difícil, mas que garantiu em aditivo o cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) expandindo sua vigência até 31/12/2020. Porém, não é porque, teoricamente, resolvemos o nosso lado que não vamos nos mobilizar pela não aprovação dessa MP no Congresso. Até porque, se isso acontecer, estaremos assegurados até dezembro, somente.

A propaganda oficial foca na criação da Carteira Verde e Amarela e diz que o objetivo é gerar emprego para jovens de 18 a 29 anos, com salário máximo de um salário mínimo e meio e menos direitos para estimular o empresariado a gerar novos postos de trabalho. Enquanto o governo faz um discurso em defesa da MP e em prol do emprego, na prática a medida tira em torno de R\$ 5 bilhões desses jovens, com a contribuição para o FGTS, que é reduzida de 8% para 2%, e a multa rescisória (para demissão sem justa causa) de 40% para 20% do FGTS. E faz uma série de isenções para os empregadores, criando um regime diferenciado para essas contratações, o que também entra em atrito com a Constituição. A medida pretende taxar até mesmo o seguro-desemprego.

Este não é um programa de geração de emprego, é uma nova reforma Trabalhista. Ao invés de promover empregos, a MP facilita a demissão de trabalhadores e a informalidade, contratação sem carteira de trabalho assinada, enfraquecendo mecanismos de registro, fiscalização, punição e redução de custos com demissão. E para piorar ainda mais a situação do trabalhador, a MP exclui a única medida da reforma Trabalhista de 2017 que foi apoiada pelo movimento sindical que é a que estipulava multa para o não registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Além disso, a apresentação da MP não obedece aos critérios de apresentação básicos de uma medida provisória, como o caráter de urgência, por exemplo. Além disso, está em total desacordo com o que preconiza as Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de diálogo tripartite e efetivo para alteração das normas trabalhistas.

Por isso, não podemos arrefecer da nossa mobilização. O urgente e relevante neste país agora é gerar emprego, renda, tirar as pessoas que estão vivendo nas ruas. Mesmo com a manutenção dos direitos da categoria bancária, vamos continuar lutando para evitar que essa medida seja aprovada. A nossa luta é todo dia!



Carlos Eduardo presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará





bancariosdoceara





Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194 Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br - (85) 3231 4500 - Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 - Fortaleza - Ceará Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques - Diretor de Imprensa: José Eduardo Rodrigues Marinho - Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG - Impressão: Expressão Gráfica - Tiragem: 5.000 exemplares











BANCÁRIA

#ACAIXAÉTODASUA

DIA NACIONAL DE LUTA COMEMORA OS 159 ANOS DA CAIXA

s empregados da Caixa de todo o Brasil comemoraram o aniversário de 159 anos do banco, fundado dia 12 de janeiro, com um Dia Nacional de Luta, na segunda-feira, dia 13/1. Em Fortaleza, a manifestação aconteceu na agência de Messejana. O mote do protesto foi #ACAIXAÉTodaSua. A campanha, que foi lançada por todo o Brasil no final de 2019, visa divulgar a importância do banco público para toda a população e lutar contra a venda de áreas estratégias da instituição.

O diretor do Sindicato, Túlio Menezes, destacou a importância de se combater o fatiamento da Caixa. "Essa é uma ameaça muito clara, muito real e que consideramos que isso vai enfraquecer a Caixa, que tem uma importância muito grande para o desenvolvimento do nosso país. Essa possibilidade de vender setores importantes da Caixa, como cartões, seguridade, loterias etc., é uma forma de enfraquecer a Caixa e pôr em risco toda a sua atuação como banco social. O que nós queremos é colocar para a sociedade que precisamos combater isso urgentemente e defender a Caixa como banco 100% público", destacou.

"O mote principal dessa campanha é compreender algo muito claro: entramos na Caixa sabendo que ela tem um papel fundamental para o povo brasileiro, que é ser um agente de políticas públicas, compreendendo o tamanho e o nosso papel. Hoje vemos a nossa empresa se esfacelar com essas reestruturações, ficando com cara de banco de mercado, isso sem falar do enxugamento do quadro. O que nós queremos é envolver a categoria com esse sentimento: a Caixa é sua, empregado, a Caixa é do povo que aguarda o atendimento, a Caixa é nossa, e somos nós





que temos de defendê-la. Nós só vamos ganhar essa batalha se estivermos juntos e mobilizados, independente do governo. A nossa força é a nossa união", convocou a diretora Elvira Madeira.

O diretor do Sindicato e presidente da Apcef/CE, Rochael Almeida, finalizou afirmando que a defesa da Caixa é uma luta conjunta. "Como presidente da Apcef, reconduzido recentemente para um segundo mandato, gostaria de ressaltar que estamos sempre aliados às lutas do Sindicato, sempre em defesa da Caixa. Nós valorizamos muito o lado associativo, recreativo, esportivo, mas não deixamos de fazer a defesa da Caixa. Essa é a nossa missão. Nós temos de acordar para isso. A luta em defesa da Caixa não é só do Sindicato, não é só da Apcef, é de todos nós".

Dia Nacional dos Aposentados é comemorado anualmente em 24 de janeiro. A data homenageia todos os profissionais que dedicaram a vida inteira ao trabalho e desenvolvimento do país. É um reconhecimento da sociedade por todos os anos de serviços prestados.

Neste momento de ataque aos direitos dos trabalhadores e ameaça ao direito de se aposentar, queremos especialmente parabenizar os bancários aposentados, que trabalharam a vida inteira, mas não fogem à luta em defesa de suas conquistas históricas.

HISTÓRICO - O Decreto de Lei nº 6.926 criou o Dia Nacional dos Aposentados em 1981. A data foi escolhida porque nesse mesmo dia, em 1923, ocorreu a assinatura da lei Eloy Chaves, que criou, na época, a Caixa de Aposentadorias e



"O Dia Nacional do Aposentado é um reconhecimento a todos os trabalhadores que contribuíram a vida inteira para o desenvolvimento e construção desse país. Queremos, particularmente, parabenizar aos trabalhadores bancários aposentados e prestar também nosso reconhecimento aos anos de serviço e ao histórico de luta da nossa categoria" Plauto Macedo, diretor da Secretaria de Aposentados do Sindicato e aposentado do BB

Pensões para os empregados de todas as empresas privadas das estradas de ferro, base do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Até então, a Previdência Social atendia apenas os funcionários do governo federal. No Brasil, um dos atos que concedeu o direito à aposentadoria é de 23 de março de 1888, beneficiando apenas os empregados dos Correios.

De acordo com o Ministério da Previdência Social, o Brasil tem mais de 35 milhões de aposentados e pensionistas regidos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), recebendo pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Breves

Documentário "Democracia em Vertigem" é indicado ao Oscar 2020

Democracia em Vertigem, dirigido por Petra Costa e distribuído pela Netflix, foi indicado ao Oscar 2020 de melhor documentário. O filme concorre com Indústria Americana, The Cave, For Sama e Honeyland. O anúncio das indicações foi feito dia 13/1. Em Democracia em Vertigem, Costa faz um retrato do processo que tirou Dilma da presidência do Brasil, em 2016, a partir de um ponto de vista pessoal, misturando sua história familiar com a trajetória política do país. A história começa a ser contada a partir do primeiro mandato do ex-presidente Lula, em 2003, e segue analisando a posterior crise política no Brasil. No agregador de críticas Rotten Tomatoes, Democracia em Vertigem tem 96% de aprovação entre os críticos mais influentes. O filme teve estreia no Festival de Sundance, em janeiro de 2019, e chamou atenção da crítica e imprensa especializada pelo circuito de festivais nos quais foi exibido. O documentário já vinha surgindo como nome forte nas premiações. Ele foi indicado ao Critics' Choice Documentary Awards, ao Gotham Awards e ao IDA Documentary Awards.

Bolsonaro quer trabalho aos domingos e feriados para menores

A equipe econômica de Paulo Guedes, em parceria com a Câmara dos Deputados, presidida por Rodrigo Maia (DEM-RJ), está propondo alterações no programa Jovem Aprendiz para liberar a contratação de jovens entre 14 e 24 anos para trabalho aos domingos e feriados. A proposta deixaria apenas um domingo por mês como obrigatório para folga. Segundo reportagem do jornal Valor Econômico do dia 14/1, uma comissão especial discutirá a proposta em fevereiro sob a relatoria do deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), que quer ainda aumentar o período de contratação para mais de dois anos e propor a realização de aulas à distância aos jovens que estiveram no trabalho. O programa permite a contratação de jovens por empresas por meio de parcerias como Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) ou com o sistema S. A contratação é feita via CLT, com carga horária reduzida para que o jovem possa fazer cursos teóricos sobre a profissão.

BANCO DO BRASIL: NOVA NORMA PARA APOSENTADORIA PODE TRAZER PREJUÍZOS AO FUNCIONALISMO

direção do Banco do Brasil emitiu comunicado recentemente para informar que vai aplicar a emenda constitucional 103, de 11 de novembro de 2019, que obriga os funcionários aposentados pelo INSS a pedir demissão do banco, sob pena de sanções que podem chegar à demissão por justa causa.

A emenda – mais conhecida como Reforma da Previdência – afirma que "os empregados dos consórcios públicos, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das suas subsidiárias serão aposentados compulsoriamente, observando cumprimento do tempo mínimo" na forma estabelecida em lei. Dessa forma, a iniciativa da direção do BB pode ser estendida aos demais bancos públicos. A Caixa informou ao jornal Folha de S. Paulo que está avaliando os impactos para se posicionar sobre os "procedimentos internos que serão adotados".

O comunicado do BB informa que o normativo regulamenta a concessão da aposentadoria pela Previdência Social e a rescisão do contrato com o banco valem apenas para os funcionários que se aposentarem após 13 de novembro de 2019. Ressalta também que o funcionário pode, a seu critério, requerer aposentadoria ao INSS e solicitar, de imediato, o desligamento do banco ou

"É preciso que o trabalhador fique atento neste momento de mudança, porque a nova legislação, resultado da reforma da Previdência que trouxe prejuízos aos trabalhadores, contém lacunas que podem acarretar mais perdas para os bancários. É importante que os funcionários que se enquadrarem na nova legislação, procurem se aconselhar com a assessoria jurídica do Sindicato e só se desliguem do banco depois da confirmação da concessão da aposentadoria pelo INSS"

José Eduardo Marinho, diretor do Sindicato e funcionário do BB



só solicitar o desligamento quando da concessão da aposentadoria pelo INSS.

Mas, a norma deixa dúvidas em inúmeros pontos, segundo a assessoria jurídica da Contraf-CUT. Por exemplo: o funcionário que requereu a aposentadoria antes da alteração constitucional e só obteve a concessão pelo INSS após 13 de novembro também poderá ser punido? E no caso de o funcionário que deu entrada no INSS com o pedido de aposentadoria, se ele pedir desligamento do banco e mais tarde o INSS indeferir a solicitação, ele pode ficar sem aposentadoria, sem emprego e sem os benefícios da Cassi e da Previ?

ASNEG 4940

7ª E 8ª HORAS – O Sindicato dos Bancários do Ceará informa aos beneficiários da Ação de 7ª e 8ª Horas do BB que 16 ações foram protocoladas num total de 319 colegas. Em breve, o Sindicato fará reuniões explicativas sobre o andamento do processo de execução.

ALMOÇO DOS APOSENTADOS NO CLUBE DA CAIXA

Para comemorar o Dia dos Aposentados, já em clima de Carnaval, a Apcef Ceará vai oferecer aos associados aposentados e pensionistas da Caixa Econômica Federal um almoço especial no sábado (25/1) a partir das 11h, no Clube da Caixa (Av. Frei Cirilo, 4700 – Messejana). Haverá ainda distribuição de brindes, sorteio e massoterapia. Acesse www.apcefce.org.br ou ligue (85) 3229.0797 para mais informações sobre a programação do Clube.



PRIVATIZAÇÕES: ENTENDA COMO A VENDA DA CASA DA MOEDA COLOCA EM RISCO A ECONOMIA DO PAÍS

O governo de Jair Bolsonaro anunciou aue auer vender a Casa da Moeda, estatal responsável pela produção de 2,6 bilhões de células e 4 bilhões de moedas ao ano, inclusive as comemorativas, pela confecção do passaporte e selos de rastreabilidade

CASA DA MOEDA DO BRASIL **ESTATAL** ANDAR NA CONTRAMÃO DO MUNDO PRA QUÊ? omo é a produção de cédulas e moedas nas mais poderosas nações do mundo? **ESTADOS UNIDOS** CHINA **ESTATAL** ESTATAL RÚSSIA JAPÃO **ESTATAL ESTATAL** ÍNDIA ALEMANHA **ESTATAL ESTATAL** FRANÇA ITÁLIA ESTATAL

de cigarros e bebidas. A Casa da Moeda também é a responsável pelo combate a fraudes e a corrupção de documentos, pela proteção de marcas e certificações acadêmicas de provas

A possibilidade do nosso próprio dinheiro ser produzido por estrangeiros é enorme, já que apenas três grandes empresas internacionais dominam o mercado mundial. Juntas, elas são responsáveis por 60% dos contratos das empresas privadas para produção de cédulas e moedas no mundo.

Hoje, as 15 maiores economias do mundo, Estados Unidos, Japão, Inglaterra, França e incluindo Brasil, entre outros, produzem suas próprias cédulas e moedas para terem garantida a soberania nacional de cada país. Apenas alguns poucos países de menor território e com uma população menor, como por exemplo, Quênia, têm a sua produção feita fora dos seus territórios. A preocupação dessas nações é a falsificação da própria moeda, com uma "enxurrada" de dinheiro em circulação, o que afetaria a economia e ainda a possibilidade de não entrega do dinheiro fabricado. Se colocarem mais dinheiro em circulação do que é necessário, se destrói a economia

de um país. A Alemanha privatizou a fabricação de seu próprio dinheiro em 2000 e já em 2009 voltou atrás por insegurança monetária.

Além da produção de cédulas e moedas, a venda da Casa da Moeda implicaria em passar para as mãos de estrangeiros, dados dos brasileiros, já que a estatal também é responsável pela confecção dos passaportes nacionais. A Casa da Moeda confecciona ainda diplomas e certificados físicos e digitais com qualidade e segurança, para evitar fraudes e corrupção. Além de soluções que contemplam produtos e serviços de segurança relacionados à identificação de natureza física e digital. Também desenvolve sistemas para armazenagem e tratamento de dados, que dificultam ou até mesmo impedem a reprodução para utilização criminosa de documentos ou serviços. A Casa da Moeda tem uma sala-cofre que funciona como uma espécie de cartório, que possibilita chancelar operações de e-commerce, por exemplo. A Casa da Moeda chegou a possuir 3 mil trabalhadores em 2014, mas após as demissões e o desmonte que vem enfrentando, está com 2 mil.

SANTANDER MUDANÇAS GERAM AINDA MAIS SOBRECARGA DE TRABALHO

A reestruturação feita no primeiro semestre de 2019 unificou as funções de caixa, coordenador de atendimento e assistente gerencial em um único cargo: gerente de negócios e serviços (GNS).

Quando o serviço aumenta, o GNS tem de se deslocar ou para o caixa ou para o atendimento gerencial, dependendo de onde a demanda é maior. Além disso, diminuiu os caixas de algumas agências que, segundo o banco, não teriam perfil para manter este serviço.

Nessas unidades onde houve a redução, o fluxo de trabalho tem se intensificado, e esses bancários não estão dando conta. Diante deste cenário, o gerente de negócios e servicos tem de ficar intercalando o atendimento gerencial com o atendimento operacional.

Em muitas agências, o mesmo gerente vai atender a conta PF e PJ do cliente (gerente Duo). Muitos destes trabalhadores reclamaram que os cursos do Netcurso não são suficientes para este atendimento. Para piorar, os trabalhadores têm de fazer o Netcurso em paralelo ao atendimento aos clientes, quando deveriam ficar exclusivamente focados no treinamento. Todos estes problemas têm gerado agências cada vez mais cheias, atendimento precário aos clientes e sobrecarga de trabalho.

Para completar, Sérgio Rial exigiu um lucro de R\$ 16 bilhões em 2020. Em 2019 o banco alcançou lucro de R\$ 10 bilhões até setembro, e deve fechar o ano com resultado entre R\$ 12 bilhões e R\$ 13 bilhões.

JURÍDICO: SINDICATO RECUPERA MAIS DE R\$ 31 MILHÕES PARA BANCÁRIOS EM 2019

urante o ano de 2019, o Departamento Jurídico do Sindicato dos Bancários do Ceará recuperou um total de R\$ 31.016.789,32 para o bolso dos trabalhadores bancários, referentes a direitos restituídos através de ações judiciais individuais (R\$ 18.041.429,48) e coletivas (R\$ 12.975.359,84). Este balanço ressalta a importância do trabalho desenvolvido pelo setor na defesa dos direitos dos trabalhadores e no fortalecimento da categoria.

No total, foram beneficiados 703 bancários (471 em ações coletivas e 232 em ações individuais), envolvendo bancos e financeiras como Banco do Brasil, Domus, BV Financeira, BNB, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Santander e Itaú. Foram realizadas, ao longo do ano, 549 audiências, com 280 ações ajuizadas no ano passado e no cômputo geral, 2.523 ações em tramitação até o dia 31 de dezembro.

Mesmo com a reforma trabalhista, que dificultou o acesso dos trabalhadores à Justiça do Trabalho, a cada ano mais bancários e financiários vêm buscando o Departamento Jurídico no sentido de garantir seus direitos, o que vem se refletindo nos números relativos ao ano de 2019.

O Jurídico do Sindicato oferece, diária e gratuitamente, a oportunidade de consultas, assistência judicial nos processos, suporte em defesas administrativas e judiciais, suporte em ações individuais e coletivas. O Departamento funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h, com advogados e estagiários para prestar atendimento ao bancário, tirando dúvidas, recebendo documentação, consulta a processos etc.

VEJA OS NÚMEROS DE 2019

R\$ 31.016.789,32

RECUPERADOS PARA OS BANCÁRIOS

280

NOVAS AÇÕES AJUIZADAS

549

AUDÊNCIAS REALIZADAS

2.523

AÇÕES EM TRAMITAÇÃO

HOMOLOGAÇÕES





"Estamos vivendo um período de exceção com ataques diretos do atual governo contra a organização dos trabalhadores e a própria Justiça do Trabalho. O fortalecimento dos sindicatos é a grande trincheira de luta que ainda temos para assegurar ou recuperar direitos retirados e nesse contexto a atuação do Jurídico do Sindicato é indispensável"

Tomaz de Aquino, diretor de Assuntos Jurídicos Coletivos do Sindicato



"O papel do Sindicato, como guardião dos direitos, é realizado em todas as frentes, seja na luta ou em outros espaços. É neste sentido que a atuação do nosso Jurídico desempenhou ao longo de 2019"

Roger Medeiros, direto de Assuntos Iurídicos Individuais do Sindicato

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL: NEGATIVAS MARCAM NEGOCIAÇÃO COM EMPREGADOS

Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa) Le representantes da direção do banco se reuniram dia 15/1, em Brasília, para nova rodada de negociações da mesa permanente. O encontro foi marcado por seguidas negativas da Caixa. A pauta apresentada pelas representações dos empregados contemplou a busca pelo fim da reestruturação e o desmonte da empresa, a defesa dos direitos e do Saúde Caixa para todos.

REESTRUTURAÇÃO - A empresa disse, a partir de um estudo, suspendeu nomeações para funções já em preparação para reestruturação e confirmou as bases do modelo ao responder que, nas cidades em que há apenas uma agência, mantido o formato de "agência universal". Para a CEE, não se trata de estudo, mas de uma restruturação que causa pânico entre os empregados e ameaça o banco público.

DEFESA DOS DIREITOS – A CEE/Caixa cobrou o fim das carreiras por minuto, caracterizadas como "uberização" do trabalho de caixa, tesoureiros e avaliadores



"Não temos dúvida que essa postura demonstrada durante a negociação faz parte do desmonte que está sendo realizado na Caixa e que já denunciamos há tempos. A Caixa está sendo desfigurada como banco a serviço do desenvolvimento econômico e social do país. Nossos direitos estão sendo atacados. E nossa obrigação como empregados é levar essa informação a toda sociedade e nos mobilizarmos cada vez mais em torno da Caixa 100% Pública"

Marcos Saraiva, diretor do Sindicato e da Fenae

de penhor. Em relação aos tesoureiros, questionou qual o futuro da função, uma vez que está sendo ameaçada de extinção. A Caixa confirma que não háa perspectiva de retorno da nomeação efetiva para as funções de caixa e de tesoureiro. A CEE cobrou ainda mais contratações.

GDP no PSI - A CEE/Caixa manifestou discordância em relação ao modelo de PSI que prevê o uso da GDP como parâmetro e resulta na exclusão de empregados que retornam de licença médica e maternidade. A Caixa respondeu que, no caso de empregadas em licença maternidade, está sendo facultada a utilização da nota do ciclo anterior. E que os retornos de licença médica serão analisados caso a caso. A CEE cobrou o fim da GDP e também condenou o PSI por score. A empresa disse que se trata de procedimento estratégico, que será mantido. Segundo o banco, a Revalida também continuará em vigor.

SAÚDE CAIXA PARA TODOS - A garantia do Saúde Caixa para todos foi defendida com ênfase pela representação dos empregados. A Caixa respondeu que os dados do Saúde Caixa alimentarão um banco de informações, que será apresentado em breve ao Conselho de Usuários e ao GT Saúde.

Bolsa Família em queda

Em um ano, o governo Bolsonaro excluiu do Bolsa Família um milhão de famílias. No 1º semestre de 2019 eram 14,3 milhões de famílias, caindo para 13,5 milhões em setembro. A expulsão dessas famílias ocorreu no mesmo período em que a situação econômica do país caminhou ainda mais para trás e a vulnerabilidade social aumentou. Em 2019, voltamos ao patamar de 2010, quando o desemprego era metade do que é hoje. O programa foi criado em janeiro de 2004, pelo ex-presidente Lula. Até 2014, o programa retirou da miséria 36 milhões de pessoas e 1,69 milhão de pessoas saíram voluntariamente do programa, pois já teriam elevado sua renda.

Religião

Após cinco séculos de predomínio do catolicismo no Brasil, o doutor e pesquisador em demografia, José Eustáquio Alves, prevê que, em pouco mais de uma década, o país pode ter uma maioria evangélica, segundo matéria publicada na Folha de S. Paulo do dia 14/1. Hoje, católicos são metade do país, segundo pesquisa Datafolha feita dias 5 e 6/12. Segundo o ex-pesquisador do IBGE, a partir de 2022, o catolicismo deve encolher para menos de 50% e, dez anos depois, seriam 38,6% da população. Já os evangélicos alcançariam em 2032 a marca dos 39.8%.

Impacto da inflação O Índice de Preços ao Consumidor

- Classe 1 (IPC-C1), que mede o impacto dos preços entre famílias com renda mensal de até 2,5 salários mínimos quase dobrou entre novembro e dezembro, de 0,56% para 0,93%. A alta nos alimentos, em especial da carne - que subiu 17,7% no mesmo período –, deve continuar pressionando a inflação para os mais pobres em 2020. Esse comprometimento de uma parcela maior da renda com gastos essenciais tem levado ao aumento do endividamento. É um cenário perverso que combina estagnação econômica e elevação de preços.